



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO

CASA DR. MANOEL BORBA

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E MUNICIPAL. PROCESSO LEGISLATIVO. PROJETO DE LEI Nº 032/2025, DE AUTORIA DO PODER LEGISLATIVO. INSTITUIÇÃO DO "NOVEMBRO AZUL MUNICIPAL". POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE E CONSCIENTIZAÇÃO. ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA MUNICIPAL PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE LOCAL. PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE COMO COMPETÊNCIA COMUM DOS ENTES FEDERADOS. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE INICIATIVA. NATUREZA PROGRAMÁTICA E EDUCATIVA DA PROPOSIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CRIAÇÃO DE DESPESA OBRIGATÓRIA OU INTERFERÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO. CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. PARECER PELA REGULAR TRAMITAÇÃO E APROVAÇÃO.

I - DO RELATÓRIO E DA CONTEXTUALIZAÇÃO FÁTICA DA PROPOSIÇÃO

Trata-se de análise jurídica e técnica submetida ao crivo desta douta Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Timbaúba, referente ao



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO

CASA DR. MANOEL BORBA

Projeto de Lei Ordinária nº 032/2025, datado de 24 de novembro de 2025. A propositura tem por objetivo precípua instituir, no âmbito do calendário oficial deste Município, o "Novembro Azul Municipal", dedicando o referido mês à realização de ações intensivas de prevenção, conscientização e cuidado integral com a saúde do homem, com ênfase especial no combate ao câncer de próstata, patologia de alta incidência na população masculina.

Da leitura atenta do corpo dispositivo da matéria, verifica-se que o Artigo 1º estabelece formalmente o "Mês da Saúde do Homem", alinhando a municipalidade aos movimentos nacionais e internacionais de saúde pública. O projeto avança, em seu Artigo 2º, para determinar a inserção do evento no Calendário Oficial de Conscientização em Saúde do Município de Timbaúba, conferindo perenidade e institucionalidade à campanha. Ademais, o Artigo 3º delinea, em rol exemplificativo e autorizativo, as ações que poderão ser desenvolvidas pelo Poder Executivo, tais como campanhas educativas, palestras informativas, distribuição de materiais de orientação, incentivo à realização de exames preventivos e o estabelecimento de parcerias estratégicas com entidades da sociedade civil, universidades e clubes de serviço, sempre ressaltando a não obrigatoriedade de geração de despesas adicionais. Por fim, o Artigo 4º sugere a execução das atividades através das pastas de Saúde, Educação e Assistência Social, mediante a otimização dos recursos humanos e materiais já existentes na estrutura administrativa.

A Justificativa acostada ao Projeto de Lei, instrumento essencial para a compreensão da *mens legis*, oferece um substrato fático robusto e dados epidemiológicos relevantes para a apreciação da matéria. O autor destaca que o câncer de próstata figura como o segundo tipo de neoplasia mais comum entre os homens no Brasil, citando dados oficiais do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO

CASA DR. MANOEL BORBA

de Câncer (INCA). A argumentação prossegue evidenciando uma barreira cultural significativa, consubstanciada no fato de que muitos homens, seja por desinformação, preconceito ou estigma social, negligenciam a busca por acompanhamento médico preventivo, o que resulta frequentemente em diagnósticos tardios e redução das chances de cura.

Nesse contexto, a proposição busca não apenas criar uma data comemorativa, mas instituir uma ferramenta de política pública voltada à transformação cultural e à promoção da saúde preventiva. A Justificativa elenca objetivos claros, como o incentivo ao autocuidado, a disseminação de informações seguras, o estímulo a hábitos preventivos e o apoio a campanhas já existentes tanto na esfera pública quanto na privada. O texto de defesa do projeto enfatiza, ainda, a conformidade com o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, e com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), além de reiterar a ausência de impacto orçamentário negativo, visto que propõe a utilização da estrutura já instalada. Diante da relevância social e humanitária da matéria, o projeto é submetido a esta Comissão para a devida análise dos aspectos constitucionais, legais e regimentais.

É o relatório do essencial.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E DA ANÁLISE TÉCNICA LEGISLATIVA

A função desta Comissão de Legislação, Justiça e Redação é realizar o controle preventivo de constitucionalidade e legalidade, assegurando que as normas inseridas no ordenamento jurídico municipal estejam em perfeita harmonia com a Constituição Federal, a Constituição Estadual de Pernambuco e a Lei Orgânica do



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO

CASA DR. MANOEL BORBA

Município de Timbaúba. A análise deve perpassar pelos requisitos formais e materiais de validade da norma.

2.1. Da Competência Legislativa do Município e do Interesse Local

A Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo paradigma federativo, elevando o Município à categoria de ente autônomo da Federação, dotado de competências legislativas próprias. O cerne dessa autonomia reside no artigo 30, inciso I, da Carta Magna, que atribui aos Municípios a competência privativa para "legislar sobre assuntos de interesse local". O conceito de interesse local, embora aberto, abarca indiscutivelmente as políticas públicas que visam melhorar a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar da população circunscrita ao território municipal.

A instituição de campanhas de conscientização em saúde, como o "Novembro Azul Municipal", insere-se perfeitamente no espectro do interesse local. Embora a saúde seja um direito universal, a forma de abordagem, a comunicação com a comunidade e a mobilização social ocorrem precipuamente no espaço local, onde a vida dos cidadãos efetivamente acontece. Ao oficializar o mês de novembro como período dedicado à saúde do homem em Timbaúba, o Legislativo Municipal não está invadindo competências da União ou do Estado, mas sim suplementando a legislação federal e estadual no que couber (art. 30, inciso II, da CF), adaptando as diretrizes gerais de saúde às peculiaridades e necessidades da comunidade timbaubense.

Ademais, o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal estabelece que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência". Sendo uma competência comum, é dever de todos os



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO

CASA DR. MANOEL BORBA

entes federados promover ações que visem a redução do risco de doenças e o acesso a serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde. Portanto, a iniciativa legislativa que visa fomentar a prevenção do câncer de próstata e outras enfermidades masculinas encontra amparo direto no texto constitucional, revelando-se uma manifestação legítima do exercício da competência municipal para a proteção da saúde de seus municípios.

2.2. Da Iniciativa Parlamentar e da Ausência de Ingerência no Poder Executivo

Um dos pontos cruciais na análise de projetos de lei oriundos do Poder Legislativo é a verificação de eventual vício de iniciativa, especialmente no que tange à reserva de administração ou à criação de despesas para o Poder Executivo. O princípio da Separação dos Poderes (art. 2º da CF) impede que o Legislativo imponha ao Executivo obrigações que interfiram em sua organização administrativa interna ou que criem despesas sem a devida previsão orçamentária.

No caso do Projeto de Lei nº 032/2025, observa-se uma redação cuidadosa e tecnicamente precisa que afasta o vício de inconstitucionalidade formal por invasão de competência. O Artigo 3º utiliza a expressão "poderá", denotando o caráter autorizativo e diretivo da norma, e não uma imposição rígida de conduta administrativa que engesse a gestão do Prefeito. A proposição tem natureza eminentemente educativa e programática, estabelecendo diretrizes gerais para uma política pública de saúde, sem, contudo, criar novos órgãos, cargos ou funções públicas, matérias estas que seriam de iniciativa privativa do Chefe do Executivo.

Ressalte-se, com vigor, a disposição contida no *caput* do Artigo 3º ("sem gerar despesas obrigatórias") e no Artigo 4º, que prevê a utilização de "recursos humanos



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO

CASA DR. MANOEL BORBA

e materiais já existentes". Tais dispositivos demonstram a preocupação do legislador em respeitar a autonomia financeira e administrativa do Poder Executivo. A jurisprudência e a doutrina pátrias têm evoluído no sentido de reconhecer a legitimidade de leis de iniciativa parlamentar que instituem campanhas educativas, datas comemorativas e ações de conscientização, desde que não imponham obrigações concretas que demandem dotação orçamentária específica não prevista.

Ao fomentar a realização de palestras, parcerias e distribuição de materiais informativos, o projeto estimula a Administração a cumprir seu dever constitucional de saúde, utilizando a estrutura que já possui, como as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e as equipes do Programa Saúde da Família, apenas direcionando o foco das atividades para um tema específico durante o mês de novembro. Portanto, não há que se falar em vício de iniciativa, estando o projeto plenamente apto a tramitar sob o aspecto formal.

2.3. Da Constitucionalidade Material: O Direito à Saúde e à Vida

No mérito, a proposição reveste-se de inegável constitucionalidade material, porquanto visa concretizar direitos fundamentais de primeira grandeza e direitos sociais assegurados pela Constituição Cidadã. O artigo 6º da Constituição Federal elenca a saúde como direito social, e o artigo 196 consagra que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos".

O câncer de próstata é uma questão de saúde pública de grande magnitude. A omissão ou o diagnóstico tardio geram custos sociais e econômicos muito maiores para o erário e, principalmente, sofrimento irreparável para os cidadãos e suas



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO

CASA DR. MANOEL BORBA

famílias. A instituição do "Novembro Azul Municipal" atua como um instrumento de afirmação do direito à vida e à dignidade da pessoa humana. Ao promover a conscientização, o Poder Público Municipal cumpre sua função de agente transformador da realidade social, combatendo o preconceito que muitas vezes afasta a população masculina dos consultórios médicos.

O projeto está alinhado aos princípios da prevenção e da precaução em saúde. A lei proposta não é meramente simbólica; ela tem um potencial de eficácia social concreto ao mobilizar a sociedade civil, as instituições de ensino e o próprio governo local em torno de uma causa comum. A materialidade da norma, portanto, é compatível com os valores supremos do ordenamento jurídico brasileiro, que priorizam a vida e o bem-estar coletivo. A aprovação deste projeto representa um avanço na legislação municipal de Timbaúba, colocando a cidade em compasso com as melhores práticas de saúde preventiva.

2.4. Da Técnica Legislativa e Redação

Sob o prisma da técnica legislativa, regida primariamente pela Lei Complementar Federal nº 95/1998, o Projeto de Lei nº 032/2025 apresenta-se adequadamente estruturado. A redação é clara, precisa e concisa. A ementa descreve com fidelidade o objeto da lei. A divisão em artigos segue a lógica sequencial recomendada, partindo da instituição da data para as disposições sobre a execução e vigência. Não foram identificadas ambiguidades, obscuridades ou contradições que possam comprometer a interpretação ou a aplicação da futura lei. A cláusula de vigência (Art. 5º) está correta. O documento, portanto, atende aos requisitos de boa técnica legislativa e redação oficial.



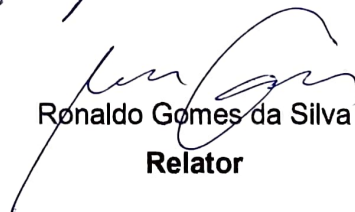
CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
PERNAMBUCO
CASA DR. MANOEL BORBA

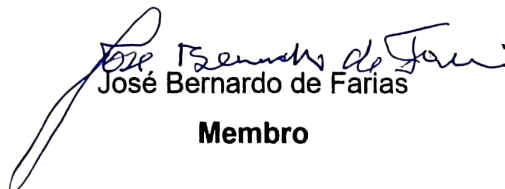
III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Assim sendo, esta Comissão exara **PARECER FAVORÁVEL** à tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 032/2025, recomendando aos nobres pares deste Poder Legislativo o acolhimento da propositura em sua integralidade.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Timbaúba/PE, em 2 de dezembro de 2025.


Luiz Apolinário Neto
Presidente


Ronaldo Gomes da Silva
Relator


José Bernardo de Farias
Membro